




TICs e Política Social: entre o pessimismo da razão e o esperançar

ITCs and Social Policy: between the rational pessimism and hopeness

Kênia Augusta Figueiredo *

 <https://orcid.org/0000-0002-1401-8215>

Julia Mara dos Santos**

 <https://orcid.org/0009-0003-7807-6953>

Maria Luiza Almeida Valladão***

 <https://orcid.org/0009-0008-4884-4639>

Matheus de Almeida Queiroz****

 <https://orcid.org/0009-0001-2955-2509>

RESUMO

Este artigo analisa a relação entre as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) e a esfera da política social, com enfoque em seus efeitos na educação superior, enfatizando o ensino a distância (EaD), a relação entre Internet e o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e as TICs como elemento de contribuição para a educação popular. A partir da indagação sobre o quanto a transversalidade das TICs nas políticas sociais colaboram para a potencialização dos direitos humanos e sociais e sobre a contribuição destas para a educação popular, realizou-se pesquisas bibliográfica e documental, sendo a pesquisa de campo executada por meio da pesquisa-ação. Com base na teoria crítica é perceptível que o capital instrumentaliza as TICs para os seus próprios interesses, daí ser fundamental não cair na armadilha sobre a neutralidade das TICs apresentadas como meros instrumentos de trabalho, livres de viés. Importa ainda

*Assistente Social. Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UNB, Brasília, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UNB, Brasília, Brasil). E-mail: figueiredo.kenia@gmail.com

**Estudante. Graduanda em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB, Brasília, Brasil). Estudante de graduação de Serviço Social na Universidade de Brasília (UNB, Brasília, Brasil). E-mail: juliamara11@gmail.com

***Estudante. Graduanda em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB, Brasília, Brasil). Estudante de graduação de Serviço Social na Universidade de Brasília (UNB, Brasília, Brasil). E-mail: maluvalladao@gmail.com

****Estudante. Graduando em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB, Brasília, Brasil). Estudante de graduação de Serviço Social na Universidade de Brasília (UNB, Brasília, Brasil). E-mail: matheus72almeida@hotmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2024v24n48p206-222



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2024 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

considerar a diversidade do público quando as TICs são elementos mediatizadores da relação entre usuários e instituições públicas, principalmente quando se trata daqueles que possuem perfil diferente ao idealizado pelos formuladores das estratégias de modernização. Por fim, considera que as redes sociais podem contribuir com a organização da classe trabalhadora. Mas, para tal, é preciso ter um projeto político engajado e resistir ao pessimismo e esperar. Este trabalho é fruto de pesquisa de iniciação científica sobre TICs e Políticas Sociais, realizada entre 2023 e 2024.

PALAVRAS-CHAVE

Tecnologias de informação e comunicação – TICs; Ensino a distância – EaD; Benefício de Prestação Continuada – BPC; Educação popular.

ABSTRACT

This paper analyzes the relationship between ICTs and the social policy sphere, focusing on their effects on higher education, with an emphasis on distance education, the relationship between internet and the access to the Continuous Welfare Benefit (BPC), and ICTs as a contributing element to popular education. Based on the inquiry into how the transversal nature of information and communication technologies (ICTs) in social policies contributes to the expansion and strengthening of human and social rights, and their role in popular education, bibliographic and documentary research was conducted, with fieldwork carried out through action research. Grounded on critical theory it is noticeable that capital instrumentalizes ICTs for its own interests, making it essential to avoid the trap of considering ICTs as neutral tools, presented as mere work instruments free of bias. It is also important to consider the diversity of the public when ICTs mediate the relationship between users and public institutions, particularly when dealing with individuals whose profiles differ from those idealized by the formulators of modernization strategies. Last, the paper suggests that social networks can contribute to the organization of the working class. However, this requires a committed political project and the need to resist pessimism while fostering hope. This work is the result of scientific initiation research on ICTs and Social Policies, conducted between 2023 and 2024.

KEYWORDS

Information and communication technologies – ICTs; Distance learning; Continuous Welfare Benefit; Popular education.

Introdução

Este artigo decorre de pesquisa de iniciação científica sobre Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e Políticas Sociais realizada entre 2023 e 2024. Na oportunidade foi analisada a relação entre as TICs e a esfera da política social em tempos de fetichismo tecnológico, com enfoque em seus efeitos na educação superior, com destaque para o ensino a distância (EaD), a relação entre Internet e o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e as TICs como elemento de contribuição para a educação popular na perspectiva da conscientização crítica.

Consideramos que as transformações societárias deste tempo de flexibilização do capital, sob hegemonia do neoliberalismo, ao utilizar as TICs que se constituem simultaneamente causa e efeito da mundialização do capital têm imposto ao conjunto da classe trabalhadora grandes desafios que passam desde a sua organização política à manutenção e novas conquistas de direitos. Por meio das plataformas digitais os dados pessoais são capturados e conectados a anunciantes. Geralmente, esse contato decorre da automatização, organizada por meio de algoritmos. Trata-se da mercantilização da vida que se dá por processos distintos e complementares: a digitalização; a datificação da sociedade — que significa a produção e a coleta de dados sobre nós e sobre tudo; a modulação de comportamentos; e, a ampliação da vigilância.

Não restam dúvidas de que o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação das

últimas décadas atravessa todas as esferas da vida social. Por seu turno, o Estado, sob hegemonia neoliberal tem atendido aos interesses da classe dominante contendo os parques direitos conquistados pela população brasileira ao longo da história. Não bastasse a crise estrutural de acumulação do capital, a partir de 2020 vivenciamos em todo o planeta a crise sanitária pela Covid-19, intensificando a crise econômica e colocando milhões de brasileiras e brasileiros em condições ainda mais precárias de vida, agudizando as expressões da questão social.

Na atualidade muitas das informações que garantem o acesso às políticas sociais podem ser acessadas mediante mecanismos tecnológicos. Contudo, é importante aprofundar sobre a realidade uma vez que uma parcela significativa dos/as usuários/as não consegue acessar os direitos sociais, o que contribui para o acirramento das desigualdades.

Com base nesta análise indagamos sobre o quanto a transversalidade das TICs nas políticas sociais colaboram para a expansão e potencialização dos direitos humanos e sociais. Na oportunidade do estudo buscamos também conhecer o potencial das TICs para a formação cidadã presente nas políticas sociais. Responder à questão e encontrar o outro lado que é sobre o proveito das TICs pela classe trabalhadora para otimizar sua organização política foi um desafio metodológico, especialmente por se tratar de uma pesquisa de iniciação científica onde espera-se que a/o discente tenha uma experiência científica profícua, sendo neste caso, nas ciências sociais aplicadas com tudo o que ela representa em tempos de negacionismos. Nesse sentido, considerando o potencial destes sujeitos em formação e, ainda que em um período de 12 meses, realizamos pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Para orientar todo o percurso investigativo definimos primeiramente que o método seria referenciado no materialismo histórico-dialético, sendo a partir dele a análise sobre a relação entre o capitalismo, TICs e as políticas sociais o que nos permitiu ter uma visão de totalidade. O segundo passo foi destacar para conhecer em detalhes uma política social que utiliza as TICs para o atendimento público. No caso escolhemos o Benefício de Prestação Continuada (BPC), um benefício constitucional vinculado à política da Assistência Social e executado pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Por fim, conectamos à Rede Emancipa localizada no Distrito Federal (DF) que se identifica como um movimento social de Educação Popular que luta pela democratização do acesso à universidade, dentre outras bandeiras. Em que pese se identificar como movimento social de luta a Rede Emancipa oferece cursinho pré-vestibular gratuito, desenvolvendo concomitante junto ao público atendido um projeto denominado de Círculo de Cultura que visa ser uma formação complementar ao cursinho pré-vestibular social. Esta ação educativa se realiza com base em referências como: educação popular, cultura e o uso da linguagem. Nesta terceira frente de pesquisa foi possível a realização de pesquisa Ação que apesar de ser similar à pesquisa participante, por seu caráter participativo, não deve ser confundida. De acordo com Thiollent (2009) na primeira existe uma ação planejada sobre os problemas, enquanto na segunda, nem sempre há uma ação planejada e o resultado da pesquisa fica na consciência dos participantes.

Diante dessas escolhas estruturamos este artigo em três seções, além das considerações finais. Na primeira seção abordamos sobre política social e fetichismo tecnológico. A

segunda tratamos sobre a indisponibilidade de acesso à Internet e seus impactos no requerimento do Benefício de Prestação Continuada, no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Na terceira seção apresentamos o Círculo de Cultura como espaço de comunicação e conscientização da juventude. Ao final apontamos nossas considerações sobre o conteúdo de nossas investigações num tempo em que as comunicações exigem não só o uso de tecnologias, mas requerem essencialmente o fortalecimento do diálogo nas relações sociais.

Política social e fetichismo tecnológico.

O verbete no qual “Roma não fora construída em 1 dia” se encaixa perfeitamente com a crise de 2008, cujas origens remontam há pelo menos 35 anos antes. Com as estruturas de acumulação do capital — ou de seu sistema socio metabólico, para citar Mészáros (2011) — reformuladas desde os anos 1970, houve um tímido crescimento das maiores economias globais em suas taxas de lucro. Com a expansão do capital fictício, este fenômeno continuou ocorrendo em larga escala, bem como a precarização contínua da força de trabalho e a formação de um gigantesco exército industrial de reserva, o que comprime de forma brutal os salários dos trabalhadores, reduzindo o seu poder de consumo.

A partir de 2007, os primeiros sinais contundentes da crise se tornaram aparentes; a expansão do crédito imobiliário nos EUA — promovida de forma totalmente desregulada e irresponsável — levou o Federal Reserve (FED) a aumentar a taxa básica de juros para frear o aumento de preços no mercado. Ao fazê-lo, milhares de credores passaram a não conseguir pagar suas hipotecas contraídas junto aos bancos, estes que por sua vez negociavam tais ativos como títulos no mercado financeiro global. Logo, passaram a não ter valor algum, já que a certeza do pagamento era totalmente incerta. Para tentar conter tamanha avalanche, bilhões de dólares foram injetados no mercado financeiro, a fim de garantir alguma liquidez. Estas tentativas se mostraram grandes fracassos, placebos diante da enfermidade do sistema.

O efeito dominó já estava configurado quando o Lehman Brothers e Meryl Lynch — duas das instituições financeiras mais tradicionais dos EUA — decretaram falência em setembro de 2008. O que se viu a seguir foi uma série de demissões em massa e empresas tradicionais, como a General Motors, recebendo um aporte gigantesco do Estado para manter seu funcionamento. No centro capitalista central, o desemprego atingiu níveis crônicos por anos. Na Espanha, as taxas chegaram no pico de mais de 25% em abril de 2013. Os mais afetados foram exatamente jovens adultos, em idade produtiva.

Os impactos na superestrutura do capital já puderam ser notados, a começar pelo aparato burocrático estatal, que passaram a ser administrados por partidos políticos antes opositores; as políticas adotadas para lidar com a imensa tragédia social foram reorganizadas e tinham uma influência keynesiana, mas se mostraram insuficientes na resolução dos problemas enfrentados, justamente pela situação de intensa precariedade enfrentada pela classe trabalhadora graças ao receituário neoliberal. E os resultados econômicos pouco expressivos aceleraram seu retorno ao debate público.

No Brasil, a crise teve seus efeitos atenuados durante os primeiros anos, mas tal cenário passou por mudanças a partir de 2015, quando o PIB do país registrou uma retração de 3,8%.

Com o impeachment de Dilma Rousseff (2015–2016) e a ascensão de Michel Temer (2016–2019) a ofensiva neoliberal ganha fôlego com a Emenda Constitucional 95, instituindo um teto de gastos que congela os investimentos públicos na área social. A ascensão da extrema-direita com Jair Bolsonaro (2019–2023) aprofunda tais medidas na figura do ministro Paulo Guedes e a Reforma da Previdência, cujos prejuízos para a classe trabalhadora foram tremendos. Além disso, a negligência do governo durante a pandemia de Covid-19 levou a uma impressionante taxa de desemprego de 14,6%.

Observa-se, desta forma, a maneira com a qual as medidas neoliberais aprofundaram os efeitos de uma crise enfrentada pelo capital desde a década de 1970, com sua derrocada máxima em 2008; e o “remédio” utilizado para tentar mitigar suas consequências se mostraram — para dizer o mínimo — insuficientes. As consequências, no entanto, são sentidas até os dias atuais. O desemprego, o aumento da pobreza e a concentração de renda se destacam entre os demais. E as transformações promovidas pelos fenômenos citados puderam ser sentidos em vários âmbitos da vida social.

A revolução informacional, com o desenvolvimento contínuo da computação, se destaca neste processo. A partir dos anos 1990, a informática se expande de maneira intensiva (especialmente com a popularização da Internet) e surgem novas ferramentas para a circulação de informações, o que possibilita novas maneiras de comunicação. É o surgimento das TICs, cujo desenvolvimento tem sido constante no novo milênio. Neste artigo não aprofundamos sob os impactos promovidos nas relações sociais pelas TICs; mas, sim, sobre a instrumentalização destas pelo capital, servindo para promover o consumo entre os indivíduos e a atenção de suas necessidades — subordinadas ao próprio capital. Seja no mundo do trabalho, com a ascensão dos aplicativos de transporte e de entrega, levando ao aumento da informalidade e a consequente precarização do trabalho, seja na política social. Como apontam Filgueiras e Antunes (2020, p. 29) há uma contradição quase irônica do capitalismo, uma vez que as facilidades das tecnologias para a datificação da sociedade não servem para assegurar direitos aos trabalhadores. Ou seja,

A mesma tecnologia que torna a regulação tecnicamente mais fácil é apresentada pelas empresas como fator que inviabiliza a proteção. E esse contraditório e complexo movimento, típico da razão instrumental e de suas engrenagens de dominação, tem impactado fortemente as legislações, as instituições públicas, além de se constituir em um elemento a mais para dificultar e obliterar a criação de laços de solidariedade e de organização da classe trabalhadora (Filgueiras, Antunes, 2020, p. 29).

Na política social, as TICs têm cumprido um propósito específico: determinar o acesso dos cidadãos as políticas públicas, o que demonstra a configuração destas no Estado neoliberal; trata-se de um conjunto de medidas específicas, voltada para apenas um segmento da população, acabando com qualquer caráter universal que poderiam carregar. As informações armazenadas em bancos de dados são utilizadas para garantir o acesso às políticas assistenciais — como é o caso do Cadastro Único -CadÚnico — e para a prestação de serviços, observado nos aplicativos “Meu INSS” e “Caixa Tem”. Embora seja creditada como uma ferramenta responsável pelo aumento do fluxo de informações e a ampliação do acesso aos bens públicos, tal análise recai em um erro crucial; consideram as TICs enquanto um instrumento neutro e democrático, passível de uso para uma total emancipação.

É perceptível que o capital instrumentaliza as TICs para os seus próprios interesses. Sendo assim, as informações veiculadas e aqueles que detém acesso a elas são selecionados a dedo pelo próprio. Ademais, não se deve esquecer que seu uso na esfera da política social não substitui a necessidade de uma força de trabalho especializada para o atendimento da população, como é o caso das/os assistentes sociais. Atribuir uma suposta neutralidade a estas tecnologias é desconsiderar a conjuntura ideopolítica sob a qual estamos inseridos recaindo em um fetichismo tecnológico, algo muito bem lembrado por Silva (2017, p. 159). Diz ele sobre o erro do fetichismo tecnológico:

O processo produtivo na elaboração de sofisticadas tecnologias precisa de trabalho para a sua existência. Máquina não produz máquinas isoladamente, o homem desempenha funções teleológicas no processo produtivo, e o homem também opera máquinas. O que queremos dizer é que a crescente utilização de novos métodos e técnicas no processo produtivo, por mais desenvolvida que esteja, precisa da mediação da ação humana, e do processo de exploração de uma ampla força de trabalho. O avanço tecnológico não se autoproduz [...] (Silva, 2017, p. 159).

Portanto, as tecnologias não se reproduzem de maneira orgânica, sendo necessária a intervenção humana para garantir sua expansão, condicionada ao capital, o que rompe com qualquer ideia de emancipação humana através de seu desenvolvimento numa sociabilidade capitalista. Em uma conjuntura econômica sob a qual existe um enorme contingente no exército industrial de reserva, as TICs surgem enquanto uma imposição do regime do capital; imposição de qualificação de mão de obra para sua operacionalização, imposição de posse de dispositivos para o seu acesso e imposição de atendimento aos critérios mínimos para sua utilização — definidos por quem as controla. Seu potencial de atendimento às demandas está ligado diretamente ao consumo e vai muito além daquelas necessárias para a reprodução viva da força de trabalho — comida, roupa e afins; é responsável também pela sua reprodução social.

O Ensino Superior pode ser considerado uma expressão contundente da presença das TICs na política social, pois é nele que seus efeitos são bem aparentes. Conforme os dados divulgados pelo INEP em seu Censo da Educação Superior de 2022, mais de 4 milhões de estudantes estão matriculados na modalidade de ensino à distância. Em 10 anos, este número foi quase quadruplicado, já que em 2012 os dados representavam pouco mais de 1 milhão e 100 mil estudantes.

Outro dado relevante é a concentração destes estudantes na iniciativa privada. Dos 4.330.934 de alunos do EaD, 4.148.677 estão vinculados às instituições de ensino privadas, mais de 95% do total. O espantoso crescimento desses números está vinculado ao aumento de dois fatores: crescimento da oferta de cursos de graduação nesta modalidade de ensino por parte das instituições privadas e uma demanda exponencial, imposta pelo capital.

A reestruturação produtiva impõe uma mão de obra técnica e especializada para maior produtividade; diretrizes de órgãos internacionais como o Banco Mundial ditam os rumos sob os quais a formação desta força de trabalho deve ocorrer, algo que promove impactos profundos na superestrutura de países, especialmente os periféricos, inseridos na ordem do capital e que não leva em conta suas especificidades e demandas próprias de suas populações. Menciona Nascimento (2011, p. 125):

Para o Banco Mundial, o ensino superior tem um papel importante no desenvolvimento econômico dos Estados periféricos, é a visão de educação como capital humano. Educação que forma mão de obra, que capacita para o mercado e que cria oportunidades de desenvolvimento pessoal e coletivo. Nesse sentido, os ideólogos do Banco Mundial afirmam que se esses sistemas de ensino seguirem operando a partir do modelo tradicional de universidade, representarão apenas ônus para tais Estados que necessitam implementar o ajuste econômico receitado pelo Consenso de Washington (Nascimento, 2011, p. 125).

O ensino à distância assim se configura enquanto uma solução para acelerar o processo de formação profissional e técnica; a metodologia do EaD não se distingue apenas na forma sob a qual as aulas e outras atividades acadêmicas são ministradas — em plataformas digitais próprias ou em espaços criados por big techs — mas também em seus materiais de apoio aos estudantes, que condensam os conteúdos a serem discutidos e os apresentam de maneira superficial e sem maiores debates.

A razão para tal ação pode ser encontrada nos objetivos principais desta metodologia: formação do chamado “capital humano” dotado de conhecimento técnico e profissional, desenvolvendo também competências úteis ao capital e ao universo corporativo — espírito de liderança, criatividade, proatividade. Em outros termos, busca-se a criação de um exército industrial de reserva capaz de cumprir variadas tarefas, imbuídos de diferentes competências, para trabalharem em um mercado altamente competitivo e com alto teor de precariedade.

O esforço empreendido pelo capital nesse processo não é algo incomum, pois Engels (2010, p. 64) já era categórico ao dizer que:

Também a população se torna centralizada, como o capital – o que é natural porque, na indústria, o homem, o operário, não é considerado mais que uma fração do capital posta à disposição do industrial e a que este paga um juro, sob o nome de salário, por sua utilização (Engels, 2010, p. 64).

Logo, o “investimento” protagonizado por atores privados do capital é o sistema auxiliar na contínua formação de novos trabalhadores. O abandono do ensino crítico, responsável por estimular e desenvolver a consciência de indivíduos sobre futuros processos profissionais, e que tem por característica o estímulo à discussão coletiva sobre variadas temáticas inerentes às suas respectivas áreas, não é por acaso. Conforme já citado por Nascimento (2011), este modelo de formação anteriormente oferecido — em grande medida pelo Estado — é considerado oneroso, lento e ineficiente. A abertura para a implementação do ensino à distância, promovida pelo desmonte neoliberal das políticas sociais e suas contrarreformas, abre também a perspectiva de mercantilização deste espaço por parte da iniciativa privada. Não obstante, é ela a principal responsável pela oferta desta modalidade no ensino superior brasileiro.

Nesse processo, as TICs são colocadas à serviço do capital; são elas que mediam as relações discentes/docentes, os diálogos entre colegas de sala e fornecem o espaço para busca e pesquisa do conhecimento necessário às avaliações e demais atividades acadêmicas. O acesso às ferramentas que possibilitam tais ações continua restrito ao uso de dispositivos eletrônicos capazes de processá-los, como também ao pagamento de matrículas e mensalidades para as instituições detentoras de sua utilização.

Assim, qualquer possibilidade ao ensino de qualidade, com perspectivas ao conhecimento crítico promovido pelas TICs está comprometido, justamente por sua existência no sistema capitalista de apropriação e propriedade privada, responsável por instrumentalizar seu uso para obtenção de lucro e extração de mais-valor. O fetichismo tecnológico — propositalmente desenvolvido no curso de seu desenvolvimento na sociabilidade capitalista — nada mais é senão uma consequência de suas atribuições neste modo de produção.

Requerimento ao Benefício de Prestação Continuada (BPC): barreiras de acesso e lacunas intersetoriais

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) está inserido na Política de Assistência Social e garantido pela Constituição Federal de 1988. Sua regulamentação é feita pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Além disso, também se encontra no Estatuto do Idoso, previsto na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. O BPC assegura a transferência mensal de um salário-mínimo para idosos com idade igual ou maior a 65 anos e para pessoas com deficiência que se encontram em vulnerabilidade social, seja pela renda mensal per capita inferior a ¼ do salário-mínimo, ausência familiar, preconceito e pela própria barreira física.

Em 2023, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), gerido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atendeu cerca de 6 milhões de idosos e pessoas com deficiência em vulnerabilidade social no Brasil, com um gasto público de 84 bilhões de reais (Brasil, 2023).

Apesar do alcance nacional é importante ressaltar que, para acessar a política, os requerentes enfrentam diversas adversidades institucionais, a começar pelas alterações regulatórias, visto que são muitas alterações ocorridas ao longo das últimas décadas (Stopa, 2019). Além disso, o INSS enfrenta há anos o sucateamento na rede de atendimento, visto a falta de servidores públicos na autarquia, principalmente após a pandemia, que alcançou o patamar de 19.687 (Jus Brasil, 2023) funcionários ativos para uma fila com mais de 1,6 milhões de requerimentos, sendo 600 mil só para pedidos de BPC em 2022.

Outro fator que prejudica o acesso ao BPC é a dificuldade de acesso a uma agência do INSS em municípios menores, principalmente nas regiões do Norte e Nordeste. Embora a criação do INSS Digital e o telefone 135 para atendimento tenham sido criados com o intuito de expandir o acesso aos benefícios previdenciários, ambos serviços ainda possuem diversas adversidades para o uso. No caso do BPC, a população que solicita o benefício está em situação de vulnerabilidade social e, muitas vezes, não possui sinal de telefone e Internet para realizar um requerimento sozinha.

Sobre o acesso à Internet extraímos dados da “TIC Domicílios”¹, dados sobre uso de computador, celular, Internet e habilidades digitais. Para este estudo, foram selecionadas as edições de 2019 e 2022, para comparação visto que o INSS Digital foi lançado em 2019 e 2022 são os últimos dados disponibilizados à época da pesquisa de dados. Em 2019, foram entrevistados 23.490 indivíduos, e em 2022, 23.292. As perguntas focaram no acesso à Internet.

Os dados obtidos pelo INSS através do site *dados.gov.br* apresentam os indeferimentos de todo o sistema previdenciário dos anos de 2019 e 2022. Para adaptar à pesquisa, os números foram filtrados somente para os Benefícios de Prestação Continuada não deferidos.

Para o ano de 2019, o total de solicitações para BPC foram 688.012 e a quantidade de indeferimentos 393.856. Para a amostra, foram utilizados 207.253 dados. Em 2022, o total de pedidos foi 1.809.144, enquanto os pedidos negados foram 1.118.638. Para a amostra, foi utilizado o total de 572.579. Em relação à Internet, no ano de 2019, da amostra de 23.490 entrevistados, 7.344 pessoas alegaram não ter acesso à Internet, isso equivalente a 31,32% do total. Dividido regionalmente, os resultados são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Quantitativo de domicílios sem Internet por região no país em 2019

Região	Quantidade de respostas na região	Quantidade de domicílios sem acesso à Internet	Percentual de domicílios sem acesso pela quantidade de respostas por região
Centro-Oeste	1959	689	35,17%
Norte	2359	709	30,06%
Sul	3647	1.075	29,48%
Nordeste	7006	2.427	34,64%
Sudoeste	8519	2.444	28,69%

Fonte: TIC Domicílios (2019).

De acordo com a Tabela 1, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a proporção de pessoas sem acesso à Internet é maior em comparação com as demais regiões. Esse resultado está em consonância com os índices de pobreza do país. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-C) do IBGE, em 2021, as taxas de pobreza eram de 47,4% no Nordeste, 36,9% no Norte e 17,6% no Centro-Oeste. Nas regiões Sudeste e Sul, as taxas de pobreza eram de 19,8% e 14,9%, respectivamente.

Em 2022, na amostra de 23.292 entrevistados, 6.405 pessoas não têm acesso à Internet,

¹ Desde 2005 o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), vinculado ao Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br) realiza pesquisa anualmente para monitorar o acesso e o uso das TICs no Brasil, tanto em áreas urbanas quanto rurais, para indivíduos a partir de 10 anos.

que equivale a 27,57% do total. Também é possível observar que as maiores porcentagens permanecem no Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Divididos regionalmente, os resultados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2: Quantitativo de domicílios sem Internet por região no país em 2022

Região	Quantidade de respostas na região	Quantidade de domicílios sem acesso à Internet	Percentual de domicílios sem acesso pela quantidade de respostas por região
Sul	6819	579	26,01%
Sudoeste	7995	737	24,92%
Centro-Oeste	3295	884	26,83%
Norte	2226	1.888	27,69%
Nordeste	2957	2.317	28,98%

Fonte: TIC Domicílios (2024).

Na Tabela 2, tem-se a diferença percentual entre os anos de 2022 e 2019 são, em ordem hierárquica: (1) Centro-Oeste, com 23,2%; (2) Nordeste, 16,34%; (3) Sudoeste, 13,14%; (4) Sul, com 11,77% e (5) Norte, 7,88%. Portanto, é possível verificar que a região que menos alterou seu quadro em relação a aumentar a conectividade do território foi o Norte, reforçando a indisponibilidade de rede em regiões com alta taxa de pobreza. Em 2022, de acordo com o mesmo cálculo de proporcionalidade realizado anteriormente, o Norte manteve a maior porcentagem com 37,58%, seguido pelo Nordeste com 17,82%, o Centro-Oeste com 15,49%, o Sul com 14,33% e o Sudeste com 13,83%.

Para os indeferimentos de BPC, em 2019, obteve-se o resultado de 393.85, que dividido regionalmente, ficou como apresentado na Tabela 3.

Tabela 3: Indeferimentos para BPC (2019)

Região	Quantidade de solicitações na região	Quantidade de indeferimentos	Percentual de indeferimentos pela quantidade de solicitações por região
Norte	52.387	30.488	58,20%
Sul	85.610	50.908	59,47%
Centro-Oeste	127.883	64.341	50,31%
Nordeste	199.417	118.811	59,58%
Sudeste	222.715	129.308	58,06%

Fonte: INSS (2019).

Em 2022, obteve-se o resultado de 1.118.638, que dividido regionalmente apresenta os resultados expostos na Tabela 4.

Tabela 4: Indeferimentos para BPC (2022)

Região	Quantidade de solicitações na região	Quantidade de indeferimentos	Percentual de indeferimentos pela quantidade de solicitações
Norte	129.788	81.068	62,46%
Sul	172.088	105.381	61,24%
Centro-Oeste	291.811	172.670	59,17%
Nordeste	560.202	362.805	64,76%
Sudeste	655.255	396.714	60,54%

Fonte: INSS (2024).

Ao comparar as Tabelas 3 e 4 é possível notar que em números absolutos as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste, em ambos os anos, são as regiões que mais possuem indeferimentos para BPC. Entretanto, ao relacionar a proporcionalidade da quantidade de solicitações por indeferimento em cada região, o resultado é diferente, visto que a proporção no Norte e Nordeste é maior.

Comparando os resultados da TIC Domicílios e do INSS, é possível notar a diferença de resultado entre 2022 e 2019. Entretanto, é necessário destacar que o método estatístico utilizado para a análise é uma estimativa limitada entre os períodos antes e após a implementação do INSS Digital. A tentativa de correlacionar os indeferimentos com a falta de acesso à Internet, por hora, carece de precisão, uma vez que os dados disponíveis não permitem atribuir exclusivamente a conectividade como a causa dos indeferimentos. Pelo contrário, existem diversos fatores que impactam na quantidade de indeferimentos.

Embora a falta de acesso à Internet não possa ser considerada a única causa é plausível que ela desempenhe um papel relevante em certos contextos. Por exemplo, através das tabelas apresentadas é possível ver que em 2019, um ano após a implementação do INSS Digital, as causas de indeferimento não demonstraram uma correlação clara com a conectividade. No entanto, em 2022, com a expansão total do INSS Digital e os efeitos da pandemia, que reduziram o atendimento presencial, observou-se um aumento nos indeferimentos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essas regiões, historicamente, apresentam menor acesso à Internet e maiores índices de vulnerabilidade, o que sugere que a conectividade pode estar atuando como uma barreira de acesso ao sistema, contribuindo para os altos índices de indeferimentos nessas áreas.

Portanto, apesar de a falta de Internet não ser a única explicação para os indeferimentos, os dados indicam que ela pode ser um fator importante, especialmente em regiões com acesso limitado à conectividade digital.

TICs para uma práxis libertadora

O Emancipa na cidade administrativa do Paranoá, no DF é constituído em sua maioria por meninos e meninas do ensino médio, principalmente do segundo e terceiro ano. Também participam jovens que saíram recentemente do ensino médio e estão com um pouco mais de vinte anos e até aqueles que concluíram o ensino básico pela Educação de Jovens e Adultos (EJA). Assim, a maior parte dos participantes são jovens que moram no território ou próximo, como nos núcleos rurais ou São Sebastião. Todos ali presentes, têm o objetivo de ingressar no ensino superior, mas encontram adversidades no caminho, por serem jovens de periferia. Buscam pelo diálogo permanente para contemplar necessidades reais, ou seja, aquelas demandadas pelo povo e não empostas pela classe dominante. Desse modo, o objetivo da educação praticada pela Rede Emancipa se propõe a ser um instrumento de libertação, tendo como base uma práxis libertadora.

Esse compromisso atualmente pode estar positivamente atrelado ao uso das TICs como forma prática e efetiva de estruturar as organizações para além da prática educacional presencialmente. O uso das ferramentas digitais para organizar os movimentos sociais tem, inegavelmente, crescido com o objetivo de facilitar os encontros e democratizar esse espaço. Plataformas como Google Meet e Whatsapp têm proporcionado encontros para estruturar as aulas do Emancipa com o máximo de participantes possíveis em todo o território do Distrito Federal já que a extensão territorial e o déficit de atendimento do transporte público dificultam o encontro presencial.

Apesar das contradições que envolvem as TICs é necessário pensar em como usá-las a favor da práxis emancipadora uma vez que não há como negar o uso dessas ferramentas no dia a dia. O importante é questionar dentro dos movimentos sociais, principalmente de juventudes, sobre como romper com uso das ferramentas para a alienação e usá-las como ferramentas estratégicas de organização. Nesse contexto, uma forma de aproveitar das TICs encontradas pelo Emancipa foi a criação do Círculo de Cultura. Este é um espaço de ensino-aprendizagem colaborativo onde os participantes, livres para expressar suas ideias e intervir, estabelecem relações igualitárias e participam de ações coletivas.

Importante destacar que o cursinho pré-universitário da Rede Emancipa tem como propósito a preparação para a vida universitária e o ingresso no ensino superior por meio de prova vestibular. Portanto, o Círculo da Cultura, nesse caso, não está inserido no contexto da formação formal. Contudo, não exclui sua função de ação educativa. Ele também permite a tentativa de concretizar o inédito inviável, “a superação improvável dos limites impostos pelo contexto social adverso” (Figueiredo; Silva, 2022, p. 176).

Dito isso, o Círculo da Cultura é um espaço onde os participantes se envolvem em um processo conjunto de ensino-aprendizagem, com liberdade para expressar suas ideias, intervir, estabelecer relações igualitárias, participar de ações coletivas, reavaliar e transformar suas práticas e conceitos, reinterpretando o mundo ao seu redor. No “Emancipa Paranoá” é um momento feito em roda, muitas vezes sentados no chão, onde todos conseguem se olhar. É um momento de quebra de padrão com a educação formal, em sala de aula. Inclusive, uma grande diferença é que não há hierarquia no Círculo da Cultura, como há em sala de aulas. Nessas atividades todos são iguais, não há hierarquia de conhecimento ou de nenhum tipo. “O fundamento e a intenção do círculo de cultura: é a

formação de sujeitos críticos, conscientes e livres que, em relação com outros, constroem conhecimento” (Figueiredo; Silva, 2022, p. 171).

Dessa forma, é um instrumento político pedagógico da Educação Popular que possibilita o estabelecimento de relações afetivas, cooperativas e solidárias a partir de práticas participativas, propositivas e respeitadas. O Círculo parte do interesse coletivo. Assim, desempenham um papel significativo na educação dos cidadãos brasileiros, ao promover uma compreensão mais profunda dos movimentos sociais e culturais. Sua importância no campo educacional transparece como uma prática valiosa na promoção de uma educação que busca a emancipação das classes populares. “A capacidade de ler o mundo e intervir nele é resultado do processo de emancipação vivido pelos participantes do círculo de cultura” (Figueiredo; Silva, 2022, p. 173).

A vivência no Emancipa por meio do Círculo de Cultura é baseada principalmente nos interesses dos educandos por temas que não tiveram oportunidade de serem discutidos em outros espaços ou temas pouco trabalhados no dia a dia. Um dos assuntos que pudemos observar foi a discussão sobre saúde. Os participantes se interessaram sobre o que é saúde dentro da vivência de cada um, como funciona o Sistema Único de Saúde (SUS), a importância da participação social para controle social dessa política. Assim, foram surgindo questões pessoais e experiências do cotidiano que se assemelham entre os sujeitos. Um tópico que surgiu durante o círculo de saúde foi o fumo. Muitos jovens relataram sua dificuldade em deixar de fumar e como sentiam que era prejudicial à saúde e como começaram a fazer o uso do tabaco ainda muito novos, na pré-adolescência. A mediação foi feita por um médico, que conduziu sobre direitos dentro das políticas de saúde e recomendou os grupos de tabagismo, por exemplo, para aqueles que demonstraram interesse em parar de fumar.

No primeiro Círculo de Cultura de 2024 realizado no Emancipa Paranoá foi-se discutido quais seriam os temas para os próximos encontros. Sugeriram, nesse primeiro Círculo, várias ideias. E o interessante de observar ao longo do processo, não foi como essas ideias tornaram-se debates concretos. E sim, como em pouco tempo, essas primeiras demandas de temas foram mudando. Assim, é notável que o processo do Círculo é mutável e flexível. Então, conforme o cotidiano dos educandos e dos educadores vai acontecendo e mudando, as demandas de temas geradores também mudam.

Nesse sentido, as TICs ganham importância para perceber quais assuntos estão em alta, quais eventos estão acontecendo na cidade que dialogam com os temas de interesse. É fundamental estar conectado culturalmente e politicamente. A quantidade de novas informações absorvidas no intervalo de uma semana nas redes sociais de Internet, pode mudar completamente a demanda de um Círculo.

A proposta dos Círculos de Cultura “rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto” (Dantas; Linhares, 2014, p. 73). É um momento que a horizontalidade toma a frente, com a valorização da oralidade e das culturas locais. Nos Círculos há estudo da realidade local, por meio dos temas geradores, avivando uma nova maneira de se relacionar com as experiências cotidianas, tanto para os educadores, quanto para os educandos. Aqui está a importância de compreender qual a relação de cultura e comunicação com o Círculo. É necessário estar

atento às expressões culturais do território, à sua linguagem e como deve ocorrer a comunicação durante as atividades em Círculo.

Nesse sentido, é um momento de práxis social. Todos que estão naquela roda são envolvidos nesse momento pela experiência de uma parte muito importante da ação-reflexão-ação e podem levar o que problematizam para outras esferas sociais da sua comunidade local, abrindo espaço para uma transformação ainda maior, através da dialogicidade. E atualmente, é inegável que a comunicação está ligada ao meio digital, com abreviações e imagens, por exemplo, que circulam com muita rapidez entre as gerações mais novas.

Ainda assim, a linguagem comum no momento do círculo é fundamental para a circulação do afeto. “Amorosidade como dimensão fundante” (Dantas; Linhares, 2014, p. 75). É necessário e indispensável que o círculo seja pensado com afeto e amorosidade, considerando a realidade da comunicação tão acelerada digitalmente. Todos estão em roda compartilhando sua realidade e experiências sensíveis.

Quando foi feito o cine debate com a temática racial em um dos círculos, as reações foram diversas. Tinha gente chorando e revoltada, além de outras manifestações. Esse círculo foi mediado por uma representante do Movimento Negro Unificado e as emoções foram ali acolhidas e costuradas, dando espaço para cada fala e reação. A partir desse tipo de círculo e de troca, o grupo passou a compreender o que lhe toca.

Um exemplo da necessidade de escutar as demandas dos educandos foi uma experiência vivida em maio de 2024 quando foi decidido que seria realizado um círculo sobre ENEM. Na qualidade de pesquisadores participantes fomos convidados para contribuir. Foram feitos slides, gifs e imagens bem coloridas. Mas, então, quando foi-se organizar os educandos para a atividade, fomos surpreendidos pois eles se negaram a fazer o círculo em sala. Insistiram pelo pátio, sentados no chão em roda. Quando questionamos sobre os slides, recebemos a seguinte resposta: “Mas pra quê? Nem precisa disso. Manda no grupo de Whatsapp que vemos depois”. E assim foi. Sentamos e fizemos a roda de conversa, baseada na oralidade, nas vivências e nas subjetividades, mesmo tendo como tema o ENEM. A linguagem a ser usada também precisa ser considerada. Naquele momento, não fez sentido para os educandos uma linguagem tecnológica.

Os educandos dão direção ao círculo por meio do diálogo, de acordo com a realidade de cada um, que, em várias ocasiões, têm pontos em comum. Eles tecem uma comunicação tangente por terem idades parecidas, por estar no mesmo território, pela identificação de gênero ou identificação racial, por estudarem na mesma escola. A identificação acontece de maneira orgânica, permitindo um diálogo fluido. “Se forma ali (no círculo) uma coletividade que através do diálogo, da comunicação e da partilha da diversidade de vivências e histórias, faz cultura, tece a linguagem e constrói o modo de ler e de dizer a palavra e o mundo” (Figueiredo; Silva, 2022, p. 169). Interessante destacar que o “fazer cultura” vai além de usufruir da cultura imposta. É um espaço de partilha da realidade, de reflexão e ação. Não é um lugar passivo ou neutro, é um espaço de construção cultural por meio das trocas e vivências orgânicas. Daí ser essencial aprofundar acerca do conceito de cultura que na compreensão do materialismo cultural resulta das lutas e resistências.

Considerações Finais

Compreender sobre o quanto a transversalidade das TICs nas políticas sociais colaboram para a expansão e potencialização dos direitos humanos e sociais nos levou a reflexões densas e a um mergulho em um país marcado por profundas e diversificadas desigualdades. É um tempo histórico em que as comunicações têm proporcionado uma experiência ímpar para a espécie humana. São fantásticas as possibilidades desse momento histórico, se não fossem as velhas questões já elucidadas pela Teoria Marxista da Dependência, que tem apontado sobre a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo imperialista, de economia mundial desigual e combinada.

Esse cenário complexo, em que a classe dominante tem utilizado a comunicação para expropriar a classe trabalhadora de sua identidade, tem servido também para o desmonte das Políticas Sociais. São tempos bichudos em que se faz necessário buscar na perspectiva crítica, visto o potencial do pensamento dialético, os caminhos para as superações. Nesse sentido, foi importante identificar as Políticas Sociais nesta fase do capitalismo e na vida das/os trabalhadoras/es.

Ao fazermos esta análise, não buscamos empreender uma espécie de “cruzada” antitecnológica uma vez que as tecnologias são parte integrante de nossas vidas, sendo possível afirmar que sem sua presença, muitos dos processos de sociabilidade ocorridos em nosso cotidiano seriam quase ou totalmente impossíveis. Contudo, devemos ter em vista os determinantes por trás deste processo, pois afinal, máquinas não se criam sozinhas e necessitam de um indivíduo para fazerem suas mediações com a realidade material. E ao fazê-lo, este se transforma a si mesmo. A inversão desta lógica é própria da sociabilidade capitalista, alienadora e fetichista. Por esta razão é necessário investigar à fundo como se reveste, para então romper seus laços.

Os dados que coletamos referentes ao EaD, bem como os dados que indicam o não acesso ao BPC mostram uma dura realidade vivenciada especialmente por frações da classe trabalhadora, certamente as/os trabalhadoras/es que se encontram em maior vulnerabilidade pessoal e social. Que nos sirvam de alerta para a importância de não cair na armadilha presente nos discursos sobre a neutralidade das TICs apresentadas sempre como meros instrumentos de trabalho, livre de vieses.

Outro alerta é que seja considerado a diversidade do público quando as TICs forem elementos mediatizadores da relação entre usuários e instituições públicas, principalmente quando se trata de usuários que possuem perfil diferenciado ao idealizado pelos formuladores destas estratégias de modernização. Daí a preocupação de que as TICs sejam usadas com moderação, uma vez que as condições de acesso digital, como vimos, são diferenciadas na classe trabalhadora. O que significa que ao não criar possibilidades de atendimentos presenciais corre-se o risco de expulsar exatamente as pessoas mais necessitadas dos benefícios que na verdade são direitos sociais. A luta por assegurar as condições para um atendimento ao menos híbrido permanece, especialmente nas localidades de menores recursos como indicaram os dados.

Em síntese, urge a necessidade de se adotar a comunicação como um direito humano transversal às políticas sociais de maneira que seja possível disponibilizar conhecimentos

que despertem o sujeito histórico, a exemplo do Círculo de Cultura da Rede Emancipa onde a comunicação é o meio de se fazer cultura, já que são categorias intercambiáveis. Pela comunicação influencia-se os aspectos ideológicos e culturais em várias esferas da vida cotidiana das pessoas (Figueiredo; Cogoy, 2023).

Por mais que tenhamos uma comunicação cada vez mais complexa, permeada por TICs e uma quantidade de informações que chegam em pouco tempo, o movimento de sentar-se em círculo, todos se olhando, pautando temas necessários e dialogando a respeito, abre-se a possibilidade de construir saberes em coletividade e de criar paradigmas societários.

É importante reforçar que as redes sociais, como Instagram e Whatsapp podem desempenhar um papel interessante nesse processo, se bem usadas, pois a rede social tem potencial para transformar-se em uma ferramenta de articulação poderosa, aumentando a rede e os contatos, portanto, aumentando os possíveis temas geradores e aumentando as possibilidades de diferentes vivências. É certo que podemos utilizar as TICs, comumente usadas como ferramenta para a hegemonia neoliberal para driblar a cultura hegemônica. Mas, isto só acontece se resistirmos ao pessimismo da razão e esperançarmos como nos ensinou Paulo Freire.

Referências

BRASIL. Portal da Transparência. **Benefícios ao Cidadão**: painel gráfico. 2023. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/beneficios?ano=2023>. Acesso em: 05 set. 2024.

CETIC.BR. **TIC Domicílios**. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/>. Acesso em: 1 set. 2024.

DANTAS, Vera Lúcia; LINHARES, Angela Maria Bessa. Círculos de Cultura: problematização da realidade e protagonismo popular. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **II Caderno de educação popular em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo 2010.

FIGUEIREDO, Allan Diêgo Rodrigues; SILVA, André Gustavo Ferreira da. Reflexões em torno dos círculos de cultura na perspectiva freireana: um espaço-tempo de comunicar-formar sujeitos sociais. **Comunicação & Educação**, v. 26, n. 2, p. 165–178, 2022.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta; COGOY, Eliana Mourgues. A comunicação pública e a cultura: transversalidades para o trabalho da/o assistente social. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., São Luís, MA, 2023.

FILGUEIRAS, Vítor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Revista Contracampo**, v. 39, n. 1, 17 abr. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. **Portal de Dados Abertos**. Disponível em:

<https://dados.gov.br/dados/organizacoes/visualizar/instituto-nacional-do-seguro-social>. Acesso em: 1 set. 2024.

JUS BRASIL. 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-deficit-de-servidores-do-inss/1715794968#:~:text=Hodiernamente%2C%20at%C3%A9%20janeiro%20de%202022,de%2019.687%2C%20e%2037.768%20aposentados>. Acesso em: 05 set. 2024.

MESZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NASCIMENTO, Alberico Francisco do. **Educação a distância e fetichismo tecnológico: Estado e capital no projeto de ensino superior no Brasil**. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, 2011.

SILVA, Antônio Israel Carlos da. Crítica à concepção ideopolítica atribuída as TICs no capitalismo. **Argumentum**, v. 9, n. 3, p. 154–165, set./dez. 2017.

STOPA, Roberta. O direito constitucional ao Benefício de Prestação Continuada (BPC): o penoso caminho para o acesso. **Serviço Social & Sociedade**, n. 135, p. 231–248, maio 2019.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2009.

Submetido em: 12/9/2024

Aceito em: 25/9/2024